

BOLETIM 353

Brasília, 18 de maio de 2017

Noticiário sobre a Operação Lava Jato cancela sessão do Plenário da Câmara

A segunda sessão extraordinária desta quarta-feira (17) foi encerrada após um tumulto generalizado no Plenário da Câmara dos Deputados, provocado pelo noticiário relacionado à Operação Lava Jato. Segundo a versão on-line de *O Globo*, donos do frigorífico JBS apresentaram gravações envolvendo o presidente da República, Michel Temer, e o senador Aécio Neves (MG), presidente do PSDB.

Em nota, Temer reagiu ao noticiário. “O presidente defende ampla e profunda investigação para apurar todas as denúncias veiculadas pela imprensa, com a responsabilização dos eventuais envolvidos em quaisquer ilícitos que venham a ser comprovados”, diz o texto. Aécio, também em nota, rebateu as informações e disse estar “absolutamente tranquilo quanto à correção de todos os seus atos”.

De acordo com o noticiário, os irmãos Joesley e Wesley Batista prestaram depoimentos entre abril e maio. Em gravação de áudio, Temer teria sido informado por Joesley sobre pagamentos pelo silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, preso na Lava Jato. Além disso, a Polícia Federal acompanhou a entrega de



dinheiro, pela JBS, a intermediários de Temer e Aécio – situações gravadas em vídeo pelos investigadores, que monitoraram ainda o caminho do dinheiro. Os empresários, que também mencionaram o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, já teriam confirmado os depoimentos ao ministro Edson Fachin, responsável no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Lava Jato.

Assim que essas notícias foram veiculadas pela internet, diversos parlamentares usaram a tribuna do Plenário para comentar o caso. A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) afirmou que a Câmara não poderia votar MPs “editadas por um governo desmoralizado por toda a mídia”. Diante de gritos “Fora Temer” e do tumulto em Plenário, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, encerrou a sessão.

Pedido protocolado - Os deputados Alessandro Molon (RJ), líder da Rede, e JHC (PSB-AL) protocolaram na noite desta quarta-feira (17), na Secretaria-Geral da Mesa, pedidos de impeachment de Michel Temer por crime de responsabilidade. No Salão Verde, deputados da oposição pediram a renúncia imediata de Temer e a convocação de eleições diretas para a Presidência da República.



Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), o deputado Esperidião Amin (PP-SC), relator da admissibilidade da proposta que permite eleições diretas para a Presidência da República (PEC 227/16), apresentou pedido de urgência para a votação no colegiado. De acordo com o deputado Júlio Delgado (PSB-MG), o requerimento pode ser analisado pela CCJ já nesta quinta-feira (18).

À noite, deputados da oposição se reuniram para definir uma estratégia conjunta de ação – novo encontro está marcado para a manhã desta quinta-feira. No mesmo momento, parlamentares da bancada governista participaram de reunião no Palácio do Planalto.

Fonte: Agência CÂMARA

Parlamentares querem o impeachment de Temer

Após a divulgação pela imprensa de que o dono da JBS gravou Michel Temer dando aval para comprar o silêncio de Eduardo Cunha, as sessões no Parlamento foram suspensas. Oposição pede instalação imediata de comissão para analisar impeachment de Temer.

Poucos dias após ter completado um ano do golpe, foi a vez de Michel Temer sofrer um baque. No início da noite desta quarta-feira (17), uma notícia publicada pelo jornal O Globo estremeceu a política. De acordo com o jornal, os donos da JBS disseram, em delação à Procuradoria-Geral da República (PGR), que gravaram o presidente Michel Temer dando aval para comprar o silêncio do deputado cassado e ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo

Cunha (PMDB-RJ), depois que ele foi preso na operação Lava Jato.

A notícia causou alvoroço no Congresso e as sessões tanto da Câmara como do Senado acabaram suspensas. Deputados da Oposição levantaram a denúncia em Plenário e cobraram de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Casa, a instalação de uma comissão para analisar o impeachment de Temer.

Segundo O Globo, o empresário Joesley Batista entregou uma gravação feita em março deste ano em que Temer indica o deputado Rodrigo Rocha Lourdes (PMDB-PR) para resolver assuntos da J&F, uma holding que controla a JBS. Posteriormente, Rocha Lourdes foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil, enviados por Joesley.

Em outra gravação, o empresário disse a Temer que estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada para que permanecessem calados na prisão. Diante dessa informação, Temer responde: “tem que manter isso, viu?”

Na delação de Joesley, o senador Aécio Neves (MG), presidente do PSDB, foi gravado pedindo ao empresário R\$ 2 milhões. A entrega do dinheiro a um primo de Aécio foi filmada pela Polícia Federal (PF). A PF rastreou o caminho do dinheiro e descobriu que foi depositado numa empresa do senador Zeze Perrella (PSDB-MG).

O dono da JBS disse ainda que pagou R\$ 5 milhões para Eduardo Cunha após sua prisão na Lava Jato. O valor, segundo o jornal, seria referente a um saldo de propina que o deputado tinha com o empresário. Ele informou que devia mais R\$ 20 milhões por uma tramitação de lei sobre a desoneração tributária do setor de frango.

Senado - A denúncia também repercutiu no Senado. Muitos parlamentares que fazem oposição ao peemedebista estão começando a discutir a apresentação de impeachment imediatamente do presidente Michel Temer.

Fonte: Portal Vermelho

Senador anuncia que vai protocolar pedido de impeachment contra Michel Temer

Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a crise política que já existia se agravou enormemente com as denúncias contra o Presidente Michel Temer. Randolfe defende a renúncia de Temer como melhor solução imediata para a crise. Segundo o senador o país não tem outras alternativas a não ser encaminhar um novo processo de impeachment ou esperar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) casse a chapa Dilma-Temer.

Fonte: Agência SENADO



Centrais ajustam ações para a grande Marcha a Brasília na próxima semana, dia 24

Na manhã desta quarta (17), as Centrais Sindicais voltaram a se reunir no Dieese, em São Paulo, a fim de ajustar os preparativos rumo à grande Marcha a Brasília. A mobilização contra as reformas neoliberais de Temer ocorre dia 24.

Os organizadores trabalham com a meta de levar pelo menos 100 mil manifestantes à Capital Federal, nesta que será a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília. “Reuniremos muita gente, de todo o Brasil, do sindicalismo e dos movimentos sociais”, afirma Maria Aparecida Faria, secretária-geral adjunta da CUT.

Na reunião, os dirigentes afinaram os cuidados com a recepção e conforto dos manifestantes, como fornecimento de água, quentinhas e banheiros químicos. As entidades também fazem contato com governantes do GDF e autoridades, a fim de garantir a segurança no decorrer da Marcha.



Estádio - A previsão é de forte concentração no Estádio Mané Garrincha, a partir das 11 horas. Do local, após as falas informativas, as instruções e as orientações políticas, os manifestantes pretendem marchar em direção ao Congresso Nacional. Maria Aparecida Faria comenta: “A indignação popular com as reformas aumenta nossa responsabilidade com um ato ordeiro e organizado”.

População - A realização da Marcha está sendo precedida de forte panfletagem nas bases trabalhadoras e também no Distrito Federal e adjacências. A ideia é informar as pessoas e agregar apoio social às bandeiras da Marcha, dia 24.

Mais informações: sites das Centrais

Fonte: Agência Sindical

Projeto de reforma trabalhista deve ganhar mais tempo no Senado

Cresce no Senado a ideia de que é preciso mais tempo para análise e debate da reforma trabalhista. O movimento sindical tem feito ver aos senadores que a rapidez com que a Câmara dos Deputados aprovou o projeto – e agravou os ataques a direitos – denuncia interesses patronais e de setores conservadores da sociedade.

A Agência Sindical ouviu Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, que tem assessorado as Centrais Sindicais nas tratativas no Senado. Ele diz: “Na medida em que os senadores tomam conhecimento da gravidade e da abrangência da reforma, cresce a compreensão de

que a matéria precisa de mais tempo para ser analisada”.

Segundo Clemente, o conhecimento acerca da profundidade da reforma aprovada na Câmara “aumenta a preocupação de vários senadores sobre os desdobramentos práticos da reforma na vida do trabalhador e no próprio mercado de trabalho”.

Renan - As Centrais e deputados alinhados ao sindicalismo têm feito tratativas com Renan Calheiros (PMDB), Kátia Abreu (PMDB), Paulo Paim (PT) e senadores de diversos partidos e matizes ideológicos. Os sindicalistas buscam, até o dia da Marcha a Brasília, 24 de maio, encontrar-se com Eunício de Oliveira, que preside a Casa e pode influir no rito do projeto.

As Centrais são unânimes em criticar a solução por eventual Medida Provisória de Temer.

Dia 24 - As negociações no Senado - ou eventual tratativa com o governo – não desmobilizam o Ocupa Brasília, dia 24. Segundo as Centrais, quanto mais forte a Marcha, quanto mais força o movimento acumular com a Marcha, mais poder de negociação a respeito das reformas.

Fonte: Agência Sindical

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)